



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

266

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0322383-4
COMARCA: 4ª VARA CÍVEL DE CARUARU
APELANTE: SABEMI SEGURADORA S/A
APELADO: JOSÉ LUÍS DA SILVA
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS – RELAÇÃO DE CONSUMO – TEORIA DO RISCO – CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA – DANOS MORAIS EVIDENCIADOS – QUANTUM REPARATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO – APELO DESPROVIDO – SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0322383-4**, em que figuram como Apelante **SABEMI SEGURADORA S/A** e como Apelada **JOSÉ LUÍS DA SILVA**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *"A unanimidade, negou-se provimento ao apelo, nos termos dos votos da Turma."* Revisão em mesa acompanhando integralmente o voto do Relator. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 23 de maio de 2014.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



-246-

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0322383-4

APELANTE: SABEMI SEGURADORA S/A

ADVOGADO: PABLO BERGER RS 061011

APELADO: JOSÉ LUIS DA SILVA

ADVOGADO: BRUNA STÉVIA RIBEIRO BRAGA PE032194

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito com pedido de antecipação de tutela c/c Danos Morais e Materiais.

Sentença Recorrida: A Decisão (fls. 192/200 e 202) à vista dos fatos e fundamentos retromencionados, com fulcro no Art. 269, I, do CPC, julgou procedentes os pedidos, para compelir a demandada ao pagamento de reparação por danos extrapatrimoniais, no importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com atualização monetária, de acordo com tabela adotada pelo E. Tribunal de Justiça, a partir desta Decisão, e juros legais, desde a citação, nos termos do Art. 219 do mesmo diploma legal, na ordem de 1% ao mês (CC/02, Art. 406, c/c CTN, Art. 161, § 1º). Em igual sentido, julgou procedente o pedido de repetição de indébito, para condenar a ré a ressarcir ao Autor, o valor total descontado, em dobro, cujo quantum poderá ser liquidado nos termos do Art. 475-B, §§ 1º e 2º, do CPC, em não havendo pagamento voluntário, com atualização monetária, a partir de cada desembolso (STJ, Súmula 43), além de incidência de juros legais, nos termos já preconizados no item anterior. Ratificou a Decisão Liminar, tornando-a definitiva. Sem custas, tendo em vista a gratuidade processual concedida. Pelo princípio da sucumbência, a promovida, também, fica obrigada ao pagamento dos honorários advocatícios, sendo estes fixados em 15% sobre o valor total da condenação, na forma do Art. 20, § 3º, do CPC c/c Art. 11, § 1º, da Lei Nº 1.060/1950.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada (fls. 204/218).

Razões recursais: Argumenta a recorrente inexistir qualquer dano moral a ser indenizado, uma vez que entende ter tomado todas as providências pertinentes à espécie de contratação firmada com a parte apelada. Imputa a responsabilidade da fraude à atuação de terceiro, pelo que entende ser aplicável os ditames do art. 14, §3º, II, do CDC.

Contra-razões: Contra-razões às fls. 228/237, pugnando pela improcedência da Apelação e pela manutenção da decisão *a quo*.

É o que importa relatar.

À Douta revisão.

Recife, 16 de dezembro de 2013.


Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

268
P

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0322383-4

APELANTE: SABEMI SEGURADORA S/A

ADVOGADO: PABLO BERGER RS 061011

APELADO: JOSÉ LUIS DA SILVA

ADVOGADO: BRUNA STÉVIA RIBEIRO BRAGA PE032194

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

A relação travada entre as partes litigantes baseia-se necessariamente na **teoria do risco profissional**, segundo a qual devem as instituições financeiras arcarem com os ônus de seu exercício profissional, de modo a responder pelos danos causados a clientes e a terceiros, uma vez que decorrentes da sua prática comercial lucrativa.

Assim, se as instituições financeiras obtêm lucros com a atividade que desenvolvem, devem, de outra parte, assumir os riscos a elas inerentes (STJ, REsp 1093617/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 23/03/2009).

Por certo, as instituições financeiras dispõem, ou devem dispor, de meios e mecanismos necessários para prestar os serviços oferecidos de forma segura, cabendo a esta o dever de agir com cautela e precaução a fim de evitar, como ocorreu no caso, a contratação fraudulenta.

Como bem observado pelo Togado Singular, a responsabilidade da apelante é objetiva, quer por força do caput do art. 14 do CDC, quer por força do contido no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, sendo inadmissível se cogitar a aplicação da excludente de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, prevista no referido art. 14, 3º, II, porque, como se disse, houve falha na prestação de serviço da apelante.

No que diz respeito ao ônus da prova, conforme anotam Cláudia Lima Marques, Antônio Herman V. Benjamin e Bruno Miragem (In Comentários ao código de defesa do consumidor: arts. 1.º a 74, aspectos materiais, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 271), o ônus da prova das excludentes da responsabilidade do fornecedor de serviços, previstas no art. 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor, é do fornecedor, por força do art. 12, § 3º, da legislação consumerista.

Diante de tal quadro fático, não se pode olvidar que caberia à apelante comprovar que a parte autora/apelada de fato firmou o contrato gerador da presente lide, ou ainda a chamada culpa de terceiro. E de tal ônus não se desincumbiu.

Sobre o tema, colaciono os seguintes precedentes:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. APELAÇÃO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONSIGNADO. DESCONTOS INDEVIDOS EM PROVENTOS DE IDOSO APOSENTADO. SENTENÇA QUE DETERMINOU A DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS, BEM COMO



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

269
HP

CONDENAÇÃO DO BANCO APELANTE POR DANOS MORAIS. IRRESIGNAÇÃO. RECONHECIMENTO DA FRAUDE NO CONTRATO. ALEGAÇÃO PARA REVOGAR O ACOLHIMENTO DO PLEITO DE INDENIZAÇÃO OU REDUZIR O QUANTUM INDENIZATÓRIO. APLICAÇÃO DA LEI Nº 8.078/90. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DEFICIENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESTITUIÇÃO DEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO EM PATAMAR RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO DO DECISUM. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - O desconto consignado em pagamento de aposentado junto ao INSS, levado a efeito por instituição bancária, sem a autorização daquele, e ausente a devida pactuação contratual que lhe dê o devido suporte, justifica a fixação da reparação por danos morais. (TJ/RN, Ap. Cível nº, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Aderson Silvino, julg. 08.06.2010)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS DE APELAÇÕES. NEGLIGÊNCIA DO BANCO. EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR FALSÁRIO. DESCONTO EM FOLHA DE APOSENTADORIA. ABALO DE CRÉDITO. HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA POR PARTE DO OFENDIDO. APLICABILIDADE DO ART. 6º, VIII, DO CDC. CABÍVEL CONCESSÃO DE DANOS MORAIS. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APELO DO APOSENTADO PROVIDO. UNANIMIDADE. 6º VIII CDC 1-Nas razões de Apelação, o Banco BGM S/A demonstrou sua irresignação com a sentença que determinou a devolução dos valores descontados do Aposentado referentes aos contratos de empréstimo consignado de números 1902155362 e 194513990, com a conseqüente suspensão dos descontos em folha. 2-Configuração de culpa da dita Instituição Financeira na modalidade negligência, devido a falta de cautela na análise dos documentos apresentados para aprovação dos empréstimos. 3-Conseqüente abalo de crédito comprovado com a redução de proventos em face de descontos na folha de aposentadoria. 4-Presença da hipossuficiência do Consumidor, cabendo ao Banco fazer prova irrefutável da realização de contrato de empréstimo efetivamente assinado pelo Aposentado, o que não houve nos autos. 5-João Cardoso dos Santos interpôs recurso de Apelação, ao qual foi dado provimento para conceder a reparação por danos morais, observando-se aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quanto ao valor a ser pago e o dano amargado pelo aposentado. 6- Apelo do aposentado João Cardoso dos Santos provido para reformar a sentença no sentido de conceder o quantum indenizatório a título de danos morais no montante de R\$ 10.0000,00 (dez mil reais), acrescidos de juros moratórios, contados a partir do evento danoso e correção monetária incidente da data do arbitramento, mantendo, nos demais termos, a decisão vergastada. Apelo do Banco BMG S/A improvido. À unanimidade. (1409941820098170001 PE 01409941820098170001)

gch
17/11/2010



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

270
P

18.2009.8.17.0001, Relator: Itabira de Brito Filho, Data de Julgamento: 11/05/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 92/2011)

Nesse passo, inegavelmente restaram preenchidos os requisitos da responsabilidade civil pretendida de modo a ensejar a reparação pelos danos causados, razão porque não deve prosperar o argumento da apelante de que inexistiu ato ilícito.

Relativamente à existência do dano moral, com efeito, não se pode olvidar do transtorno e sobressalto de quem vive de uma renda mensal fixa e se vê obrigado a pagar por algo de que não contratou.

Ora, quem já foi vítima de situações como a dos autos, tão comuns nos dias atuais, tem a noção exata da vulnerabilidade e do sentimento de impotência e de frustração que tais equívocos reiterados causam ao cidadão, subtraindo deste, por muitas vezes, o equilíbrio psicológico que, antes do evento, se fazia presente.

Desta forma, cristalina a caracterização do dano moral, posto que ínsito ao caso narrado, prescindindo de quaisquer outras provas para a sua configuração.

Destarte, a condenação a título de danos morais é medida que se impõe no presente, não carecendo de qualquer reparo a sentença vergastada, vez que ao meu sentir, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) não comporta qualquer redução.

Por conta dessa soma de razões, meu voto é para NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO!

- Recife, 20/05/2014.
J. C. Malta



260_r

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Evandro Magalhães Melo

6ª Câmara Cível

Apelação nº 0011083-34.2010.8.17.0480 (0322383-4)

Apelante: Sabemi Seguradora S/A

Apelado: José Luis da Silva

Relator: Des. José Carlos Patriota Malta

Revisor: Des. Evandro Magalhães Melo

DESPACHO

Revisão em mesa.

Inclua-se em pauta.

Recife, 1^a de *fev* de 2014.


Des. Evandro Magalhães Melo
Revisor